A Lei Geral de Proteção de Dados e as Serventias Extrajudiciais: adequações ao novo diploma.

Sávio Luiz Martins Pereira

Entrará em vigor, em agosto deste ano, a Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) –, trazendo abrupta mudança de paradigma em relação ao tratamento conferido aos dados pessoais, tutelando direitos personalíssimos, como a privacidade e intimidade, cuja relevância se extrai da própria Constituição Federal (CF/88), que concede *status* de direito fundamental a esses valores, em seu art. 5º, inciso X.

A lei foi concebida em contexto no qual são visualizadas incontáveis transformações pela *internet* em nosso cotidiano, sendo que uma, em destaque, possui imenso potencial para causar efeitos negativos na esfera dos direitos fundamentais. Trata-se do impacto operado sobre os dados pessoais, que adquiriram natureza de ativo econômico com o desenvolvimento do mercado de dados e das práticas comerciais conhecidas como *mailing*¹ e *big data*².

Contemporaneamente, dados são verdadeiros insumos para as mais variadas atividades comerciais, sendo exemplos emblemáticos os segmentos da publicidade, *marketing* e suas ramificações. Daí surgiu robusto cenário econômico baseado no câmbio de dados e informações, em que, não raro, eclodem escândalos revelando as mais variadas violações cometidas por aqueles que controlam e manuseiam os dados pessoais de usuários da *internet*.

Através das ferramentas tecnológicas disponíveis no âmbito virtual, é possível individualizar, nos mínimos detalhes, as preferências dos usuários da *internet*, seja na condição de consumidores, seja na qualidade de eleitores. Isto é, a manipulação destas pessoas é muito facilitada através do direcionamento daquilo que mais nutre chance de influenciar suas tomadas de decisões finais, violando, em última instância, a liberdade e a autonomia da vontade.

Logo, o usuário deixa de ser sujeito e titular de direitos para se tornar refém daqueles que detém o poderio dos dados e informação, culminando em ofensa à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III,

¹ Significa expedição de correspondência por e-mail em função de bancos de dados que reúnem nomes, endereços e dados adicionais dos usuários da internet, possibilitando identificar e definir estratégias para alcançar e influenciar consumidores, de acordo com as informações obtidas com a análise e interpretação dos dados coletados.

² Ferramenta que permite a estruturação de dados para entender a tendência de comportamento dos consumidores, através de interpretação dos dados estruturados tanto em volume, quanto em especificidade.

CF/88). Considerando tal conjuntura, a LGPD é bem-vinda, por definir mecanismos de proteção aos dados pessoais e, principalmente, àqueles tidos como sensíveis, em rol previsto no art. 5º, II, descritos como: **i)** origem racial ou étnica; **ii)** convicção religiosa; **iii)** opinião política; **iii)** filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político; **iv)** saúde ou à vida sexual; e **v)** dado genético ou biométrico, quando vinculado a pessoa natural.

Os controladores, operadores e encarregados de dados, descritos, respectivamente, nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º da LGPD, devem se ater às regras inauguradas pela lei, bem como às normas vigentes em legislação correlata, como Marco Civil da Internet, Lei de Acesso à Informação e Lei do *Habeas Data*. Uma das principais novidades trazidas pela LGPD impõe ao operador/controlador de dados o dever de cientificar, em linguagem clara, os titulares dos dados pessoais a serem coletados e armazenados, da finalidade a ser conferida no momento da coleta.

Surge, então, a necessidade dos titulares de Serventias Extrajudiciais se adaptarem o mais breve possível à nova sistemática de tratamento de dados, por se enquadrarem no conceito de operadores de dados pessoais (“*pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador*”).³

A responsabilidade civil pelos danos patrimoniais e morais resultantes das infrações à LGPD e demais normas relativas à proteção de dados recairá solidariamente apenas sobre os controladores e operadores de dados, que não serão responsabilizados somente se provarem que realizaram o tratamento de dados que lhes é atribuído, que não houve violação à legislação em comento ou que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados violados.

Nota-se que a LGPD excepciona, em seu art. 23, § 5º, que, para fins do disposto na Lei de Acesso à Informação e desde que servindo ao interesse público, “*os órgãos notariais e de registro devem fornecer acesso aos dados por meio eletrônico para a administração pública [...]*”, não configurando tal hipótese uma infração.

Vê-se que a própria LGPD se adequa à tradição normativa brasileira, ao reconhecer que certos dados têm como premissa a ampla publicidade e facilitado acesso, como no caso daqueles necessários à realização da maioria dos atos da vida civil (nome completo, nacionalidade, estado civil, ocupação, endereço domiciliar, formação acadêmica, idade, dentre outros). Contudo, não se

³ Controladora é a pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado que detém competência para tomar decisões e fixar diretrizes relativas ao tratamento de dados pessoais (LGPD, art. 5º, VI).

afastam do tratamento de dados pessoais, cujo acesso é necessário à realização dos atos da vida civil, a apuração e constatação da “*finalidade, [d]a boa-fé e [d]o interesse público que justifiquem sua disponibilização*” (art. 7º, §3º, LGPD), de modo que também passam a ser tutelados.

Assim, verifica-se que, como todos os controladores e operadores de dados, os Titulares das Serventias Extrajudiciais devem manter e zelar pela integridade, segurança, sigilo, disponibilidade e imutabilidade dos dados pessoais (sensíveis ou não), podendo disponibilizar o acesso a sua base de dados, desde que em prestígio ao interesse público e em estrita consonância aos preceitos da LGPD.⁴

A LGPD estipula sanções administrativas àqueles que a infringirem, aplicáveis pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão integrante do Executivo, instituído pela Medida Provisória n.º 868/2018 e responsável pela fiscalização de entidades e pessoas que tratam dados pessoais.

Em observância ao devido processo legal (art. 5º, LIV, CRFB/88) e ao contraditório (art. 5º, LV, CRFB/88), estabelece-se no §1º do art. 52 da LGPD que as sanções “*serão aplicadas após procedimento administrativo que possibilite a oportunidade da ampla defesa, de forma gradativa, isolada ou cumulativa, de acordo com as peculiaridades do caso concreto*” com direito, ainda, a revisão em sede recursal.

Sendo assim, haverá verdadeiro contencioso administrativo, onde os pretensos infratores poderão debater a sanção aplicada em procedimento que garanta a produção de provas, o contraditório e a ampla defesa no âmbito da ANPD (sem prejuízo, ainda, de provocação do Judiciário ante a ocorrência de ilegalidade ou qualquer vício que macule o procedimento administrativo).

A depender da hipótese concreta, as penas podem variar de advertências com concessão de prazo para adoção de medidas corretivas e preventivas (art. 52, I) à multa pecuniária (aplicável apenas às pessoas jurídicas de direito privado, grupos ou conglomerados econômicos), no valor de até 2%

⁴ Valendo ressaltar que os notários e oficiais são civil e pessoalmente responsabilizados por todos os seus atos, nos termos do art. 22 da Lei n.º 8.935/94: “*Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreverem que autorizarem, assegurado o direito de regresso*” (grifou-se).

do faturamento do ofensor em seu último exercício contábil, deduzidos os tributos, não podendo exceder a monta de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração (art. 52, II).

Há também sanções administrativas que, além de aplicáveis ao ente particular, podem incidir sobre as pessoas jurídicas de direito público e pessoas naturais, como o bloqueio dos dados pessoais violados pela infração até sua regularização (art. 52, §3º, V) e a eliminação dos dados pessoais ofendidos (art. 52, §3º, VI).

Dentre as penalidades mais severas, aplicáveis a todos os operadores e controladores, independentemente de sua roupagem jurídica, destacam-se a possibilidade de suspensão parcial do funcionamento do banco de dados do ofensor por até seis meses, prorrogável por igual período até a regularização da atividade de tratamento (art. 52, §3º, X); suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais decorrentes da infração por até seis meses, prorrogável por igual período (art. 52, §3º, XI); e, por fim, a proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados (art. 52, §3º, XII).

Os Tabeliães e Oficiais titulares das Serventias Extrajudiciais, pessoas naturais exercendo em caráter particular atividade eminentemente pública delegada pelo Judiciário e consistente no correto e adequado registro dos mais diversos dados, submetem-se ao novo regramento, pelo que devem buscar se adequar às mudanças ensejadas pela LGPD.

Ainda que os Oficiais e Notários estejam um passo à frente dos demais operadores de dados no caminho para a adequação e adaptação ao novo regramento legal, por terem na preocupação com o trato, integridade, fidelidade e segurança dos dados uma característica intrínseca ao exercício do *munus* público que lhes compete, podem se tornar necessárias adequações em seus expedientes em observância à LGPD.

Neste contexto, foi baixado pelo CNJ o Provimento n.º 74/2018⁵, no intuito de estabelecer padrões de segurança digital e cibernética a serem incorporados pelos Notários e Registradores no que

⁵ A norma vem sendo questionada por organizações como a ANOREG e SERJUS, que sustentam a inconstitucionalidade do provimento. Dentre os argumentos, um dos mais enfatizados é a provável dificuldade que serventias menores enfrentarão para cumprirem todos os encargos trazidos. Sendo necessária maior reflexão acerca desses pontos, **vale destacar ponderação realizada pelo especialista em servidores de rede e controle de tráfego (firewall) Dênis de Almeida em palestra proferida no XXVIII Congresso Estadual dos Notários e Registradores de MG: “certamente, vários aqui já passaram por alguma situação dessas** [vírus, malwares, falhas na rede local, vazamento, perda de integridade, acesso indisponível, falha no servidor, link ou provedor, falta de energia elétrica, perda de mídia e queda de raio]. **Olha o tanto de risco e ameaças que as**

tange à tecnologia da informação, almejando a segurança, disponibilidade e integridade dos dados armazenados. As Corregedorias dos Estados, por sua vez, devem auxiliar os Tabeliães e Oficiais sob sua tutela nesta tarefa, atentando-se às peculiaridades das serventias extrajudiciais.

Com o avanço da tecnologia, o futuro reserva opções interessantes aos titulares de cartórios extrajudiciais. Dentre estas, uma que vem angariando adeptos são as *blockchains*, que, sem maiores digressões, tratam-se de maneiras de se criptografar e proteger integralmente dados dos mais variados, como os tutelados pela LGPD.⁶

Portanto, sugere-se que todos os operadores e controladores de dados se adequem o mais breve possível à nova lei, aderindo à cultura que há pouco vem se formando no mundo corporativo, assim como se precavendo de riscos relativos ao cumprimento das diretrizes legais.

Aos delegatários de cartórios extrajudiciais, muito embora acostumados a enxergar o trato dos dados pessoais alheios com costumeira seriedade, não é demais buscar aprimorar e consolidar ainda mais suas políticas de gestão de dados, em conformidade à LGPD, **reafirmando a importância dos cartórios como verdadeiros mananciais de segurança jurídica e confiabilidade na gestão dos mais variados dados da população.**

informações que vocês têm estão expostas. E, mesmo assim, você pode ter todos os equipamentos e não garantir a segurança da informação ou não ter todos os equipamentos e garantir essa segurança” A este respeito, cf.: http://www.serjus.com.br/noticias_ver.php?id=9939; http://www.serjus.com.br/noticias_ver.php?id=9688; <https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/efeitos-do-provimento-74-2018-e-suspenso-pelo-prazo-de-90-dias-ou-ate-efetiva-instalacao-do-coetise>

⁶ A este respeito, confira: <https://www.conjur.com.br/2017-jan-03/opice-blum-sistemica-blockchain-fustigar-burocracia>; <https://www.mobiletime.com.br/noticias/11/10/2018/blockchain-e-adotada-para-autenticacao-de-documentos-em-cartorio-de-joao-pessoa/>